

INTERVENÇÕES

Valorizar e credibilizar
as vias profissionais



Anabela Sotaia, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

No final da anterior legislatura, ao fazer o balanço da actuação do governo na área da Educação, José Sócrates destacou 6 mudanças estruturais realizadas no ensino, nas quais está incluída a “*recuperação do ensino profissional*”. Sobre o ensino profissional, afirmou ter o “*orgulho de poder dizer*” que foi corrigido “*um erro que tinha décadas*”, ao recuperar “*com êxito*” aquele grau de ensino.

Nada de mais falso, na verdade! O que foi feito pelo anterior governo e o que continua a ser feito pelo actual, nesta área, vai exactamente na linha de continuidade do tal “*erro que tinha décadas*”. O que o anterior governo fez, de forma puramente administrativa e sem qualquer estratégia de planeamento e de desenvolvimento, foi impor a “*abertura torrencial*” de cursos de educação e formação (de jovens e adultos) e dos cursos profissionais nas escolas públicas, de tal forma que no ano lectivo anterior 60,3% dos 91.000 alunos que frequentavam cursos profissionais estavam nas escolas da rede pública. Quatro anos antes eram apenas 10%. Esta meteórica expansão de cursos de cariz profissional foi a solução encontrada pelo governo para diminuir milagrosamente as elevadas taxas de retenção e abandono escolares, o desemprego entre os jovens ou mesmo a marginalidade juvenil.

O mesmo aconteceu com os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de adultos através dos Centros Novas Oportunidades (CNO), no âmbito da iniciativa com o mesmo nome. Estes Centros passaram de 98 em 2005 para 456 em 2010, com o objectivo essencial de qualificar um milhão de activos até 2010, sem cuidar da necessária uniformização de critérios na sua implementação ou sequer ter a preocupação de verificar, de forma rigorosa, se a esta massiva certificação de adultos está a corresponder uma efectiva qualificação.

Como disse, e bem, a investigadora Fátima Antunes, a propósito destas situações, “*Querer andar depressa em educação é trágico. Querer andar depressa para melhorar estatísticas é perverso*”. Perverso, é, de facto, o mínimo que se pode dizer de um governo que apresentou o ensino profissionalizante como remédio para todos os males da educação. Trágico, foi ter empurrado os jovens com insucesso para estes cursos. Escandaloso, foi ter criado, com esta situação, autênticos guetos dentro da escola para os jovens que não estão preparados para prosseguir estudos superiores. Verdadeiramente vergonhoso, é insistir no mesmo erro de décadas, ou seja, permitir, com estas medidas, que os cursos profissionais continuem a ser encarados pela sociedade como uma via de segunda categoria e a desempenhar a clássica função de reprodução das estruturas sociais, desfavorecendo e excluindo aqueles que, já de si, são desfavorecidos e que já tinham sido excluídos do interior do próprio sistema.

Igualmente inadmissível é o facto de o crescimento da oferta deste tipo de cursos no ensino público, bem como dos processos RVCC, se estar a fazer muito à custa do aumento da precariedade laboral dos docentes que os leccionam e de sucessivos atropelos à legalidade, designadamente em matéria de condições e horários de trabalho, de subversão do conteúdo funcional e dos seus direitos profissionais, numa clara incompatibilidade com o Estatuto da Carreira Docente.

Este é, aliás, um problema que atinge drasticamente todos os docentes e formadores que leccionam cursos profissionais. Vinte e um anos após a criação das escolas profissionais, os docentes que aí exercem a sua actividade não têm direito, ainda a uma carreira! É num quadro de total ausência de regulação laboral (nomeadamente no que respeita a horários de trabalho, conteúdos funcionais e tabelas salariais), de constante instabilidade profissional e de grande incerteza face ao futuro que estes docentes e formadores, que têm sido o garante desta resposta educativa e formativa ao longo destes vinte e um anos, exercem a sua actividade.

Não se questiona aqui a pertinência e a importância da diversificação de cursos e das várias modalidades de formação na escola pública, mas a forma como estas medidas foram implementadas no terreno, tendo o governo claramente optado, em nossa opinião erradamente, pela quantidade em vez da qualidade, pelas certificações e pelas estatísticas, em vez das qualificações.

A FENPROF sempre defendeu a coexistência de diversas vias, de igual qualidade e dignidade, nomeadamente no ensino secundário, que se concretizem em respostas adequadas ao perfil de cada aluno e à diversificação das suas motivações e vocações. Ou seja, tal como foi dito no 9º Congresso Nacional dos Professores, defendemos o “*incremento de medidas que promovam a real inclusão e o acesso de todos à sociedade do conhecimento, independentemente da sua proveniência social ou das necessidades especiais que apresentem*”. Lutamos por um sistema educativo inclusivo, em que o sucesso educativo seja generalizado a todos os alunos e em que o ensino profissional seja visto aos olhos de todos como uma opção educativa igual às outras, capaz de valorizar e aproveitar as competências e capacidades de cada um e, simultaneamente, conferir as bases de uma literacia que lhes permita atingir os objectivos do nível de ensino que frequentam.

É este o principal desafio que todos continuamos a ter pela frente, agora com importância acrescida no quadro do alargamento da escolaridade obrigatória para doze anos. Tal exige uma mudança de paradigma e de cultura escolar que estabeleçam uma ruptura com o passado recente, bem como a assunção de medidas claras e sustentadas com vista:

- a uma reorganização curricular que contribua para a sequencialidade das aprendizagens;

- a uma organização escolar mais flexível, quer no plano pedagógico e curricular, quer no plano da organização dos horários de professores e alunos;
- a um maior investimento em recursos materiais, financeiros e humanos, com particular destaque para a formação de professores;
- ao financiamento de projectos educativos específicos para promover o sucesso e combater o abandono escolar;
- à criação de estruturas eficazes de orientação escolar e vocacional dos jovens;
- a um reforço efectivo da acção social escolar;
- à implementação de um sistema de promoção, acompanhamento e monitorização das várias ofertas educativas que possibilite avaliar dificuldades, verificar resultados e corrigir estratégias atempadamente;
- a uma avaliação continuada da implementação dos processos RVCC com base em resultados alicerçados em valores significativos de qualificação como forma de regulação da qualidade destes modelos.

Em síntese, é fundamental que o governo avance com medidas concretas que permitam valorizar, consolidar e credibilizar as várias modalidades de educação e formação e que assuma, de uma vez por todas e sem falsas retóricas, as vias profissionalizantes como um vector estratégico para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento do país e dos cidadãos.

Montemor-o-Novo
23 e 24 de Abril 2010